



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 20 de fevereiro de 2023



Série

Número 36

## Suplemento

### Sumário

#### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

##### **Despacho n.º 93/2023**

Nomeia a licenciada Cláudia Patrícia Gonçalves Nóbrega em regime de comissão de serviço para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, da Divisão de Regularização Patrimonial, da Direção Regional do Património.

#### CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

##### **Aviso n.º 90/2023**

Abertura do período do Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM). Edifício afeto a atividades industriais, com utilização para armazéns e atividade industriais e serviços, com sede na Rua Comandante Camacho de Freitas, n.º 584, freguesia de Campanário, município da Ribeira Brava.

**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS****Despacho n.º 93/2023****Sumário:**

Nomeia a licenciada Cláudia Patrícia Gonçalves Nóbrega em regime de comissão de serviço para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, da Divisão de Regularização Patrimonial, da Direção Regional do Património.

**Texto:**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3-B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal, aberto pelo Aviso n.º 675/2021, publicado no JORAM, II Série, n.º 184, Suplemento, de 12 de outubro, alterado pelo Aviso n.º 433/2022, publicado no JORAM, II Série, n.º 102, de 31 de maio.

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 5.º e dos n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, e da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 84/2015 de 7 de agosto, 18/2016 de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 114/2017, de 29 de dezembro, 49/2018, de 14 de agosto, 71/2018, de 31 de dezembro, 6/2019 de 14 de janeiro, 79/2019, de 2 de setembro, 82/2019, de 2 de setembro e 2/2020, de 31 de março, determino:

- 1 - Nomear, em regime de comissão de serviço, para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, da Divisão de Regularização Patrimonial, da Direção Regional do Património a licenciada Cláudia Patrícia Gonçalves Nóbrega.
- 2 - O presente despacho produz efeitos a 3 de fevereiro de 2023.

A presente despesa tem cabimento orçamental na Secretaria Regional das Finanças 45, Capítulo 01, Divisão 02, Subdivisão 04, Classificação Económica D.01.01.03.A0.00, D.01.01.11.A0.00, D.01.01.13.A0.00, D.01.01.14.SF.A0, D.01.01.14.SN.A0, D.01.02.14.B0.00, D.01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional das Finanças, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2023.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, Rogério de Andrade Gouveia

**ANEXO****Nota Curricular****Identificação:**

Nome: Cláudia Patrícia Gonçalves Nóbrega

Nascimento: 27 de setembro de 1983

Naturalidade: Freguesia de São Pedro, Concelho do Funchal, Madeira

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Frequência e Conclusão da parte curricular do Mestrado em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, conferindo o diploma de estudos pós-graduados no Mestrado em Direito.

**Experiência Profissional:**

- Frequência e Conclusão do Estágio de Advocacia, organizado pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados (2007 a 2009);
- Estágio profissional na Direção Regional de Direção Regional de Geografia e Cadastro da Secretaria Regional do Equipamento Social - (2007 a 2008);
- Exercício de funções como Técnica Superior, Jurista, na Direção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território da Secretaria Regional do Equipamento Social - (2009 a 2012);
- Exercício de funções como Técnica Superior, Jurista, na Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - (2012 a 2016);
- Exercício de funções como Técnica Superior, Jurista, na Direção Regional do Património e Gestão de Recursos Partilhados da Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública - (2016 a 2017);
- Exercício de funções como Técnica Superior, Jurista, na Direção Regional do Património e Informática da Vice-Presidência do Governo Regional - (2018 até 2020);
- Exercício de funções como Chefe de Divisão da Regularização Patrimonial, na Direção Regional do Património da Secretaria Regional das Finanças (2020 até à presente data).

## Formação Complementar:

- Frequência e conclusão com aproveitamento do Curso “Legal English (M1), Level Advanced ministrado pela Oxford School, Instituto de Línguas - 3 meses;
- Curso “O Novo Código dos Contratos Públicos: Aspetos Essenciais” - organizado pela Ordem dos Advogados, Conselho Distrital da Madeira e ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - 12 horas;
- “Curso de Atualização em Direito do Trabalho” - organizado pela Ordem dos Advogados, Conselho Distrital da Madeira e ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto - 40 horas;
- Ação de Formação “O Código do Trabalho - organizada pela ACIF-CCIM- Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira - 21 horas;
- Curso “Novo Procedimento Concursal” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 14 horas;
- Curso “O Novo Regime de Contratação Pública (CCP) - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 30 horas;
- Curso “Contrato de Trabalho em Funções Públicas e sua Prática Redatorial” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 14 horas;
- Curso “O Regime de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 21 horas;
- Curso “SIADAP” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 18 horas;
- Curso “Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 35 horas;
- Curso “O Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 30 horas;
- Curso “Recrutamento e Seleção a aplicar nas novas carreiras” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 30 horas;
- Curso “O Código dos Contratos Públicos - Regime Substantivo e o Contencioso dos Contratos” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 30 horas;
- Curso “O Novo SIADAP: Avaliação e Gestão do Desempenho” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 16 horas;
- Curso “O novo Código do Trabalho” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 21 horas;
- Curso “SIADAP- Aspetos Legais, Técnicos e de Aplicação Prática” - ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local - 15 horas;
- Curso “Os atuais Códigos do Procedimento Administrativo dos Contratos Públicos e do Processo nos Tribunais Administrativos” ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa - 12 horas;
- Curso “Código do Procedimento Administrativo” ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa - 28 horas;
- Curso “RGPD para Implementadores na Administração Pública” ministrado pela Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - 4 horas;
- Curso “RGPD para Cidadãos Atentos” ministrado pela Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - 3 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, o “Regime Jurídico da Estrutura Fundiária. Operações de transformação fundiária” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “A Habilitação - preparação da partilha. O Direito Sucessório aplicado aos Registos” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, a “Constituição da Modificação da Propriedade Horizontal - Direito de Superfície - Servidões Prediais - A instrução dos atos” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Dos atos de Registo: Descrições e Inscrições - Averbamentos e Anotações” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “A retificação do registo - abordagem teórica e prática”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Propriedade Horizontal - Conjunto de Edifícios. Loteamento - áreas para espaços verdes e de utilização coletiva - questões práticas” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 9 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Privacidade, Segurança e Proteção de Dados” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, o “Regime Jurídico da Estruturação Fundiária. Sistema de Informação Cadastral Simplificado” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, o “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público” ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 36 horas;

- Curso de Formação Avançada à distância, “Das nulidades e da revalidação dos atos notariais”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 6 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Questões registrais dependentes dos títulos sujeitos a Registo Predial”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 36 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Servidões prediais e servidões de vista”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 3 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “A expropriação - abordagem prática”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 3 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Desafios do procedimento e do processo de expropriação por utilidade pública - uma visão prática”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 4 horas;
- Curso de Formação Avançada à distância, “Sistema de Informação Cadastral Simplificada e Balcão Único de Prédio (BUPI)”, ministrado pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UNIFOJ) - 5 horas.

## CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

### Aviso n.º 90/2023

#### Sumário:

Abertura do período do Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM). Edifício afeto a atividades industriais, com utilização para armazéns e atividade industriais e serviços, com sede na Rua Comandante Camacho de Freitas, n.º 584, freguesia de Campanário, município da Ribeira Brava.

#### Texto:

Discussão Pública de Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM)

Abertura do período de discussão pública Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM).

Ricardo António Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, torna público, para os efeitos consignados no disposto do artigo 81.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal retificado pela Resolução n.º 802/2015 da Presidência Do Governo Regional, em cumprimento da deliberação camarária, tomada na reunião ordinária pública, datada de 22 de dezembro de 2022, procedeu à abertura do período do Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM) apresentado pela empresa EDIFÍCIO AFETO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS, com utilização para ARMAZÉNS e ATIVIDADE INDUSTRIAIS e SERVIÇOS, com sede na Rua Comandante Camacho de Freitas, n.º 584, freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava, que reconheceu o interesse municipal, considerando o seu especial impacto na ocupação do território, pela importância na promoção e estímulo do desenvolvimento e revitalização económico-social do concelho.

Os interessados poderão consultar a proposta do Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM).

Este processo encontra-se disponível para consulta nos Paços do Concelho da Ribeira Brava, Rua do Visconde N.º 56, 9350-213 Ribeira Brava, na Seção de Ordenamento do Território e Serviços Municipais da Divisão do Ordenamento do Território e Serviços Municipais entre as 9:30 e as 16 horas, e no sítio eletrónico da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Durante o período de discussão pública, quem estiver interessado em apresentar sugestões, informações ou reclamações sobre Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM), entrega de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, identificando-se devidamente e expondo as questões que considerar pertinentes.

Todas as reclamações, observações, sugestões e/ou pedidos de esclarecimento devem ser entregues na Seção de Ordenamento do Território e Serviços Municipais da Divisão do Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Paços do Concelho, Edifício da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Rua do Visconde N.º 56, 9350-213 Ribeira Brava, ou remetidas por correio para a mesma morada. Podem ainda ser enviadas via Fax para o n.º 291 952 182, ou para os seguintes correios eletrónicos [avelinapereira@cm-ribeirabrava.pt](mailto:avelinapereira@cm-ribeirabrava.pt); [geral@cm-ribeirabrava.pt](mailto:geral@cm-ribeirabrava.pt)

Podem anexar ao requerimento os documentos que ajudem a clarificar as questões colocadas.

O período de discussão pública terá uma duração de 20 dias de acordo com o n.º 2 do artigo 82.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, retificado pela Resolução n.º 802/2015 da Presidência Do Governo Regional e n.º 2 do artigo 71.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M de 27 junho, com alterações previstas conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2020/M de 14 de agosto de 2020, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo na Região Autónoma da Madeira e define o respetivo sistema regional de gestão territorial.

Município da Ribeira Brava, 7 de fevereiro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA, Ricardo António Nascimento



## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas.....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas.....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

## EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

## ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	<b>Anual</b>	<b>Semestral</b>
Uma Série .....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries .....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries .....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa .....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
IMPRESSÃO  
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial  
Gabinete do Jornal Oficial  
Número 181952/02

Preço deste número: € 1,83 (IVA incluído)